

LUIZ VIANA QUEIROZ

DIREITOS POLÍTICOS COMO DIREITOS HUMANOS:

Impacto no Direito Eleitoral Brasileiro da Incorporação da Convenção Americana de Direitos  
Humanos

Recife – 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO -UFPE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM DIREITO

Luiz Viana Queiroz

**DIREITOS POLÍTICOS COMO DIREITOS HUMANOS:  
Impacto no Direito Eleitoral Brasileiro da Incorporação da Convenção Americana de  
Direitos Humanos**

Dissertação de mestrado apresentada ao curso de Mestrado em Direito da Universidade Federal de Pernambuco, realizada sob a orientação do Professor Doutor Ivo Dantas, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Recife - 2002

“A natureza das coisas ama esconder-se”.  
Heráclito de Éfeso

*Omnibus dubitandum*  
René Descartes

“Onde você estiver, cave bem fundo! Lá está a fonte”.  
Friedrich Nietzsche

“A interpretação jurídico-científica tem de evitar, com o máximo cuidado, a ficção de que uma norma jurídica apenas permite, sempre e em todos os casos, uma só interpretação: a interpretação correta. Isto é uma ficção de que se serve a jurisprudência tradicional para consolidar o ideal da segurança jurídica”.

Hans Kelsen

“... em todas aquelas instâncias, o momento em que o órgão do direito se move com liberdade, no âmbito dessa autodeterminação, os ideais verdadeiros gravitam como enigmas de liberdade, ou seja, como direções possíveis para a criação histórica, que é e que não é, antes de ser, porque é liberdade”.

Carlos Cossio

Para Alberto Pinheiro de Queiroz, *in memoriam*  
Luiz Viana Filho, *in memoriam*

## **Agradecimentos**

Além de uma orientação segura, tive no Prof. Dr. Ivo Dantas uma referência para a elaboração dessa dissertação, especialmente pelo conjunto de sua obra, já consagrada, e também pelo estímulo e sugestões. As discussões e conversas que mantive com o Prof. Augusto Aras sobre direito eleitoral, constituíram também importante referência para as reflexões que estão neste trabalho.

Sem a dispensa que recebi da Universidade Católica do Salvador, ao longo de dois semestres, dos meus afazeres como professor da sua Faculdade de Direito, não teria sido possível a realização deste trabalho. O Prof. Thomas Bacellar, que sempre demonstrou interesse por este estudo, forneceu indicações seguras do caminho a seguir, e esteve sempre presente como inspiração.

Manifesto minha gratidão aos colegas do Mestrado, pelo companheirismo e troca de informações, e, em especial, a Mauro Menezes e Graça Belov, que tão bem desempenharam o papel de representantes do corpo discente junto à coordenação do Curso.

Especiais agradecimentos ao amigo de todas as horas, Carlos A. Amorim, cuja paciência e solidariedade foram indispensáveis para a conclusão do trabalho.

Por fim, a Elsa de Mattos, Beatriz de Mattos Queiroz e Guilherme de Mattos Queiroz, agradeço de coração o apoio e o carinho em todos os momentos de nossa vida comum, bem assim a compreensão pelas ausências ao longo das aulas e da elaboração desta dissertação.

## **Resumo**

A declaração e o reconhecimento de direitos originados de fontes internacionais, especialmente dos tratados, que passam a integrar a situação subjetiva de todo ser humano, em qualquer país do mundo, tornou-se um movimento internacional de grande importância, sobretudo depois da Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948, e vem se transformando em um verdadeiro ordenamento de proteção dos direitos humanos; seja no plano global (Declaração Universal dos Direitos Humanos e Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos), seja no plano regional da Europa, da África e das Américas (Declaração Americana dos Deveres e Direitos Humanos e Convenção Americana de Direitos Humanos) - cada um com especificidades próprias, que se complementam, envolvendo, entre tantos outros, os direitos políticos.

O reconhecimento da titularidade jurídica internacional de indivíduos e grupos tem exigido uma nova mentalidade capaz de lidar com novos conceitos, sobretudo entre os juristas ainda apegados a concepções ultrapassadas, como a da soberania absoluta e a da superioridade do direito interno sobre o direito internacional.

Diante disso, tem sido necessário estudar qual o impacto da normativa internacional de proteção dos direitos humanos sobre o direito brasileiro, sendo este um trabalho de pesquisa que parte daquilo que já foi produzido e aprofunda a análise em relação aos direitos eleitorais brasileiros, face à Convenção Americana de Direitos Humanos, partindo do pressuposto de que nas incompatibilidades entre os direitos humanos e o direito interno, aqueles devem prevalecer, seja pela natureza constitucional de suas normas (pela via da incorporação dos tratados), seja pela primazia da norma mais favorável à vítima, sem deixar de examinar o entendimento dominante no Supremo Tribunal Federal, que considera as normas dos tratados, mesmo os de direitos humanos, como equivalente às de lei ordinária.

O trabalho aponta quais as normas do direito interno, legais e constitucionais, que tratam dos direitos políticos e são incompatíveis com a Convenção Americana de Direitos Humanos, sugerindo que a solução esteja na aplicação dos já mencionados princípios da superioridade hierárquica das normas constitucionais e da primazia da norma mais favorável à vítima.

## Sumário

<b>Introdução</b>	1
<b>Capítulo 1 - Direitos Humanos</b>	7
1. Conceito	7
2. Historicidade	16
3. Sistema global de proteção aos direitos humanos	25
3.1. A Carta da ONU	26
3.2. A Carta Internacional dos Direitos Humanos	30
3.2.1. A Declaração Universal dos Direitos Humanos	31
3.2.2. Os Pactos Internacionais de Direitos Humanos	35
3.2.2.1. O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	36
3.2.2.2. O Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos	36
3.3. Outros Tratados de Direitos Humanos do Sistema Global	47
3.3.1. Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher	48
3.3.2. Convenção Contra Toda a Forma de Discriminação Contra a Mulher	48
3.3.3. Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial	49
4. Sistemas regionais de proteção dos direitos humanos	50
4.1. Sistema europeu de proteção dos direitos humanos	50
4.2. Sistema africano de proteção dos direitos humanos	61
4.3. Sistema interamericano de proteção aos direitos humanos	63
4.3.1. O regime da Carta da OEA	63
4.3.2. O regime da Convenção Interamericana de Direitos Humanos	68
<b>Capítulo II - Incorporação ao Direito Nacional dos Tratados de Proteção aos Direitos Humanos</b>	73
1. A incorporação nacional de tratados internacionais à luz do direito internacional	73
2. A incorporação nacional de tratados internacionais no direito brasileiro	78
3. A incorporação nacional de tratados internacionais sobre direitos humanos à luz do direito internacional dos direitos humanos	79
4. A incorporação nacional de tratados internacionais de direitos humanos no direito brasileiro	83
5. Crítica à posição do Supremo Tribunal Federal	87
<b>Capítulo III - Direito Políticos</b>	96
1. Conceito	96
2. Diferença entre direitos políticos e cidadania	102
2.1. Descrição histórica dos textos constitucionais brasileiros que trataram de cidadania e direitos políticos	103
2.1.1. Cidadania na Constituição de 1824	103
2.1.2. Cidadania na Constituição de 1891	105
2.1.3. Cidadania na Constituição de 1934	108
2.1.4. Cidadania na Constituição de 1937	110
2.1.5. Cidadania na Constituição de 1946	112
2.1.6. Cidadania na Constituição de 1967	117
2.1.7. Cidadania na Constituição de 1969	120
2.2. Cidadania na Constituição de 1988	123
2.3. Cidadania em algumas leis	126
2.4. Cidadania na doutrina	128
3. Diferença entre direitos políticos e direitos eleitorais	134



4. Distinção entre gozo e exercício dos direitos políticos	136
5. Suspensão e perda dos direitos políticos	138
6. Restrições ao gozo dos direitos políticos admitidas no direito brasileiro	141
7. Restrições ao exercício dos direitos políticos admitidas no direito brasileiro	143
7.1. Restrições pela suspensão dos direitos políticos	143
7.2. Restrições através das condições de elegibilidade	144
7.3. Restrições através das inelegibilidades	144
7.3.1. Inelegibilidades constitucionais	144
7.3.2. Inelegibilidades legais	145

#### **Capítulo IV - Impacto no Direito Eleitoral Brasileiro da Incorporação da Convenção Americana de Direitos Humanos** 148

1. Incompatibilidades entre restrições ao gozo e ao exercício dos direitos políticos admitidas pelo Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e pela Convenção Americana de Direitos Humanos e as admitidas pelo direito brasileiro na Constituição Federal, na Lei das Inelegibilidades e no Código Eleitoral	148
1.1. Compatibilidades entre restrições ao gozo e ao exercício dos direitos políticos admitidas pelo Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e pela Convenção Americana de Direitos Humanos e as admitidas pelo direito brasileiro na Constituição Federal e na Lei das Inelegibilidades	150
1.1.1. Nacionalidade	150
1.1.2. Idade	151
1.1.3. Alfabetização, educação ou propriedade	151
1.1.4. Incapacidade civil	152
1.1.5. Condenação criminal	152
1.1.6. Domicílio eleitoral	152
1.1.7. Alistamento eleitoral	152
1.2. Incompatibilidades	153
1.2.1. Incompatibilidade por restrição decorrente de motivo de língua	153
1.2.2. Incompatibilidade decorrente de restrição por motivo de casamento ou parentesco	155
1.2.3. Incompatibilidade por motivo de irreelegibilidade	156
1.2.4. Incompatibilidade por exigência de filiação partidária	156
1.2.5. Incompatibilidade por descumprimento de obrigação a todos imposta	158
1.2.6. Incompatibilidade por improbidade administrativa	158
1.2.7. Incompatibilidade de sanções políticas	158
1.2.8. Incompatibilidade por sanção militar	159
1.2.9. Incompatibilidade por rejeição de contas	159
1.2.10. Incompatibilidade por abuso de poder econômico ou político	159
1.2.11. Incompatibilidade por responsabilidade pela liquidação de instituição financeira ou de crédito	160
1.2.12. Inelegibilidade por abuso de poder nas eleições	160
2. Solução das incompatibilidades: critérios da hierarquia constitucional e da norma mais favorável	160
3. Impacto no direito eleitoral brasileiro da Convenção Americana de Direitos Humanos	161

#### **Capítulo V – Conclusão** 163

#### **Bibliografia** 167

#### **Anexo I** 181